



“Ainda há muito ódio no ar”

Presidente do STF, Luís Roberto Barroso diz que “golpismo possivelmente foi sepultado”, mas que é preciso “desarmar os espíritos”

» RENATO SOUZA
» EVANDRO ÉBOLI

Quase um ano depois dos ataques de 8 de janeiro, os Três Poderes ainda calculam os prejuízos e a Polícia Federal conduz investigações da Operação Lesa Pátria, que se tornou permanente, ou seja, aberta enquanto o caso não for totalmente elucidado.

Em balanço atualizado, o Supremo Tribunal Federal (STF), local mais atingido pelos extremistas, contabiliza R\$ 12 milhões em prejuízos patrimoniais, lamenta esculturas históricas perdidas e encabeça a reação aos ataques. A Corte abriu mais de 1,3 mil processos contra os acusados, condenou 30 pessoas e avalia a situação de outras 1.121.

O Supremo foi invadido após o Congresso e quase ao mesmo tempo do Palácio do Planalto. No entanto, os ataques foram ainda mais violentos, com vidraças estilhaçadas com paralelepípedos retirados do chão da Praça dos Três Poderes e obras históricas e artísticas imensuráveis roubadas, destruídas e danificadas.

O plenário, também histórico, teve o revestimento destruído, cadeiras lançadas para fora do prédio e instalações hidráulicas e elétricas completamente danificadas durante os atentados.

No prédio, havia, no momento dos atos golpistas, alguns seguranças terceirizados, sem armamento letal ou itens de contenção de multidões, e homens da Polícia Judicial. Os estragos no edifício-sede foram quase completos. Com exceção do museu, no subsolo, onde está um exemplar original da Constituição. A descida dos extremistas ao museu foi travada por forças de segurança. No subsolo, seria possível também chegar até os gabinetes

Corte sitiada

O Supremo Tribunal Federal foi o local mais destruído pelos extremistas no dia 8 de janeiro. Os danos causaram prejuízo de R\$ 12 milhões, em valores atualizados

Saldo do ataque

Destruição do edifício-sede:
R\$ 8.616.822,30

951
itens furtados ou danificados

Despesa com a reconstrução do plenário:
R\$ 3.424.600,25

106
itens históricos não puderam ser restaurados e esculturas, móveis e objetos históricos perdidos

15
itens aguardam restauração

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Restaurados

22
esculturas (entre bustos, estatuetas, Crucifixo do Plenário e estátua A Justiça)

21
telas e tapeçarias

4
galerias de retratos

19
objetos (lustres, Brasão da República, vasos);

50
itens de mobiliário (cadeiras, mesas, etc.)

substituição de **4** telas do fotógrafo Sebastião Salgado

Ações penais

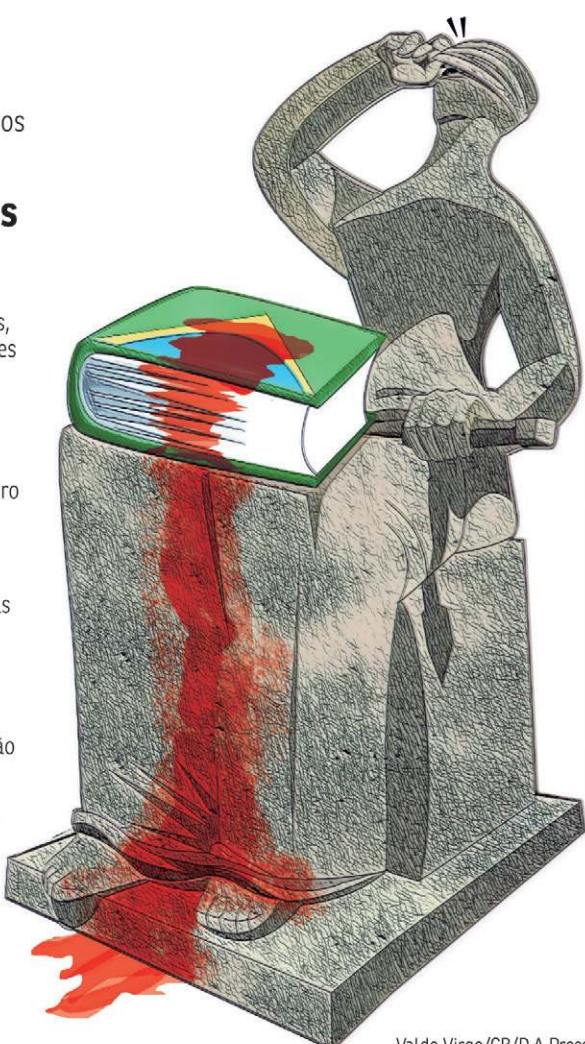
30
ações penais julgadas, todas com condenações

29
ações penais em julgamento até fevereiro

12
ações penais pautadas para 2 de fevereiro

1.121
processos em avaliação para acordo

38
acordos de não persecução homologados



Os episódios de 8 de janeiro foram o ponto culminante de um processo cumulativo de desrespeito às instituições, ofensa a seus integrantes e desapareço pela democracia. Mas a Justiça é muito mais do que um prédio, e demos a volta por cima”

“Curiosamente, a indignação da sociedade e a imediata reconstrução do Supremo acabaram transformando o episódio numa prova de vitalidade democrática”

Luís Roberto Barroso,
presidente do STF

dos ministros — onde estavam, inclusive, processos físicos em segredo de Justiça, mas protegidos dentro de cofres.

Ao **Correio**, quase um ano depois do chamado “dia da infâmia” — termo usado pela ministra aposentada Rosa Weber, então presidente do Supremo —, o atual comandante da Corte, Luís Roberto Barroso, afirma que a democracia venceu e “resistiu ao golpe”.

Ele lamenta pela violência do 8 de janeiro e destaca que “ainda há muito ódio no ar”, em uma

expressão que ressalta a necessidade de manter a vigilância constante por conta de arroubos autoritários.

“Os episódios de 8 de janeiro foram o ponto culminante de um processo cumulativo de desrespeito às instituições, ofensa a seus integrantes e desapareço pela democracia. Mas a Justiça é muito mais do que um prédio, e demos a volta por cima”, enfatiza. “E, curiosamente, a indignação da sociedade e a imediata reconstrução do Supremo acabaram transformando o

episódio numa prova de vitalidade democrática.”

Segundo o magistrado, “no lamentável episódio de 8 de janeiro, o golpismo foi possivelmente sepultado”. “Mas ainda há muito ódio no ar. Precisamos desarmar os espíritos e trabalhar pela pacificação do Brasil”, destaca Barroso.

Convivência

Durante a permanência dos bolsonaristas em frente ao QG, o Exército nada fez para retirá-los.

Ao contrário, acompanhou a mobilização dos inconformados com o resultados das urnas. Logo no início de novembro de 2022, os militares permitiram que dezenas desses caminhões, com faixas defendendo o golpe e com inscrições como “Socorro, Forças Armadas”, ficassem estacionados numa área exclusivamente militar. Uma das fotos, de 12 de novembro, exhibe ainda uma caminhonete com o símbolo do Exército protegendo a cancela, fechada, em frente à área onde estavam os veículos.

Nos últimos dias, depoimentos nas investigações e nas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) — até de oficiais e de bolsonaristas — confirmam que os militares nada fizeram para desmontar o acampamento do QG, que redundou em atos como a tentativa de invasão na Polícia Federal e o plano de explodir uma bomba no Aeroporto Internacional de Brasília, ambos em dezembro. A derradeira e mais ousada ação se deu com a invasão dos três prédios dos poderes centrais do país.

O mais violento ataque à democracia desde o golpe militar

Uma semana depois da festiva e representativa posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no seu terceiro mandato, o país foi surpreendido com o mais violento ataque às instituições democráticas desde o golpe militar de 1964. O 8 de janeiro de 2023 entrou para a história do Brasil como um dia de agressão ao regime das eleições diretas e gerador das mais degradantes imagens de vandalismo contra as sedes dos Três Poderes, quando seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro, um apologista da ditadura, promoveram destruição no Palácio do Planalto, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma tarde que nunca será esquecida. Um 8 de janeiro que equivale ao ano inteiro e que seguiu lembrado nos meses subsequentes. A força da reação das instituições impediu, porém, consequências mais danosas. Se por um lado o episódio exibiu cenas que rodaram o mundo, por outro, o dia seguinte mostrou a união das instituições atingidas, nos braços dados entre os presidentes dos Três Poderes, atravessando do Planalto ao STF a pé, após a descida da rampa.

O fato consumiu todo o 2023. No Congresso Nacional, foi instalada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que expôs os responsáveis pelos crimes cometidos naquela tarde.

A relatora do colegiado, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), pediu o indiciamento de 61 acusados de responsabilidade pela violência, entre os quais, Jair Bolsonaro. O ex-presidente foi citado por associação criminosa, violência política, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

O STF passou o ano condenando, com penas altas, os responsáveis pelos atos do quebra-quebra, julgando que ainda não terminou. A Justiça do Distrito Federal sentenciou os envolvidos na

Evandro Eboli/CB/D.A Press



Com contingente reduzido, a polícia tentou conter os extremistas

tentativa de explosão de um caminhão cheio de combustível de avião, estacionado nas proximidades do aeroporto de Brasília, na véspera da noite de Natal de 2022.

Na frente do juiz, teve acusado que chorou, que pediu desculpas e até que disse que nem sabia o que estava fazendo ali. Os patriotas do 8 de janeiro juram que não queriam derrubar governo algum. O mesmo argumento é usado por parlamentares bolsonaristas, que até acusaram o governo Lula de culpa, sob a alegação de ter permitido que a horda de baderneiros e golpistas adentrasse aos prédios.

Ante o tamanho da violência, surpreende não ter havido registro de morte naquelas horas de terror. O policial legislativo Adilson Ferreira Paz esteve na linha de frente e fez um relato que impressiona. Ele trabalha na Câmara e, naquele domingo, esteve no enfrentamento — termo que usa — aos vândalos bolsonaristas.

“Foi um enfrentamento mesmo, contra um grupo muito heterogêneo, que veio para combater, e bem preparado, com roupas camufladas e máscaras antigas. Eles sabiam o que estavam fazendo, aonde estavam indo e o que queriam. Foi tenso, mas conseguimos

proteger e preservar o plenário, símbolo maior da democracia”, disse Adilson Paz ao **Correio**.

O início de tudo

A conspiração golpista nasceu em frente aos quartéis gerais do Exército pelo país. Logo após a vitória de Lula, extremistas eleitores de Bolsonaro se concentraram em frente a essas unidades, com faixas pregando o golpe e prometendo que o petista não subiria a rampa. As mensagens traziam apelos aos militares para que assumissem o poder.

O ponto central da mobilização foi o Quartel-General do Exército, na capital federal, para onde se deslocaram milhares de seguidores do ex-presidente. Eles chegaram a Brasília de carro, ônibus e dezenas de caminhões. As faixas que empunhavam exibiam frases como “gerais, confiamos nos senhores: voto auditável, novas eleições já”.

O Exército poupou os vândalos e permitiu que permanecessem na área. Na Praça dos Cristais, em frente ao QG, os defensores do golpe armaram barracas e distribuíram alimentação e água.

O Centro de Comunicação do Exército, já no governo Lula,

respondeu que “não havia nenhuma determinação judicial classificando o acampamento na frente do QG do Exército como ilegal, tampouco houve ordem judicial de que o mesmo fosse desmobilizado”.

Nos dias que antecederam a tentativa de golpe, a área externa da sede do Exército passou a receber centenas de manifestantes, que vieram de vários estados, principalmente do Centro-Oeste, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e do Sul, com destaque para Santa Catarina e Paraná. No 8 de janeiro, o grupo se deslocou até a Praça dos Três Poderes, atacou a polícia e depredou os prédios.

A cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal foi presa, acusada de omissão, em razão das férias de diversos oficiais, além de ter escalado uma quantidade menor de policiais, sem equipamentos adequados, na linha de frente do embate com os extremistas.

Também foi preso, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres. O governador Ibaneis Rocha foi afastado do cargo de janeiro a março, retornando após o avanço das investigações.

Um ano depois, as investigações seguem em curso, mas com quase a totalidade dos integrantes dos atentados já identificados.

No DF, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara Legislativa, apurou as responsabilidades de autoridades locais e nacionais.

No próximo dia 8, os Três Poderes realizam um evento para lembrar o caso e evidenciar que a democracia resistiu à tentativa de subjulgá-la. O Executivo concentra a organização, por representar, de maneira mais direta, a escolha dos eleitores. No entanto, o Congresso e o Judiciário também participam. (EE e RS)

Análise da notícia

Uma vitória histórica da democracia

» LUIZ CARLOS AZEDO

Uma retrospectiva de 2023 não tem como não levar em conta a relevância do 8 de janeiro para nossa história republicana. A audácia e a violência com que partidários do ex-presidente Jair Bolsonaro tentaram assaltar o poder e destituir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que havia tomado posse uma semana antes, não têm paralelo em nenhuma outra tentativa de golpe de Estado. A invasão simultânea do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal federal (STF), com a depredação de suas instalações, permanecerá na memória de todos os brasileiros para sempre.

Entretanto, a tentativa de golpe fracassou em menos de 24 horas. Houve pronta resposta dos Poderes constituídos. É que o Estado democrático não se representa apenas do ponto de vista físico, está assentado em valores éticos e na representação política, que fazem com que os poderes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário ultrapassem em muito os limites palacianos. Isso não foi levado em devida consideração pelos golpistas, que fracassaram.

O presidente Lula, os presidentes da Câmara,

Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a então presidente do STF, Rosa Weber, que se aposentaria meses depois, responderam à altura as exigências daquele momento. Inclusive, com o afastamento temporário do governador Ibaneis Rocha (MDB), que perdera o controle da situação, e a intervenção federal no GDF, com a destituição e, depois, a prisão do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, então secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (DF), que acabou preso.

Coube ao ministro da Justiça, Flávio Dino, à vice-governadora Celina Leão e ao interventor federal na segurança do DF, Ricardo Cappelli, administrar a crise de governo local, até que tudo fosse controlado e esclarecido. As Forças Armadas, em que pese a postura golpista de militares palacianos, mantiveram-se no seu devido papel, sem se envolver com o golpe.

Por isso tudo, a tese de que um grande ato político no próximo dia 8, em defesa da democracia, possa alimentar a polarização política do país é falsa. O ato servirá de advertência de que os inimigos da democracia não passarão.